



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 03

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 03 DE FEVEREIRO DE 2021

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	29
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	29
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	30
3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
3.1 CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO PRIVATIVO DE PARCELA DOMINIAL SITA NA AV. D. MANUEL I, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOCHETE E A ALCACHE- BAR-HOTELEIROS, LD.^a – MODIFICAÇÃO DO CONTRATO – ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA DA RESPONSABILIDADE ALCACHE-BAR- HOTELEIROS, LD.^a, RELATIVA AOS MESES DE JANEIRO E FEVEREIRO DE 2021	30
3.2 ATRIBUIÇÃO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	32
4. APOIOS FINANCEIROS	33
5. INFORMAÇÕES	38
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	41
ENCERRAMENTO	41

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e na Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, o senhor presidente, na sequência da renúncia de mandato por parte da senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio e encontrando-se presente na reunião, por videoconferência, o cidadão imediatamente a seguir na ordem da lista definitiva da Coligação Democrática Unitária para a Câmara Municipal de Alcochete, senhor Jorge Manuel Pereira Giro, foi pelo senhor presidente, após verificada a sua identidade e legitimidade para o preenchimento de vaga, investido nas funções de vereador da Câmara Municipal de Alcochete, integrando em definitivo o Órgão Executivo do Município, iniciando de imediato o exercício das suas funções, passando a tomar parte nos trabalhos da presente reunião.

Seguidamente, o senhor vereador Jorge Giro referiu que este, de facto, é um formalismo legal que tinha de ser efetuado, devido à circunstância da senhora vereadora Susana Custódio ter procedido, agora, à renúncia de mandato, pessoa com quem teve o prazer de trabalhar na Câmara Municipal de Alcochete, durante dois mandatos, 8 anos, onde partilhou da sua energia, do seu saber, da sua competência e do seu amor por Alcochete.

Depois referiu que a sua postura, após este ato formal, irá ser a mesma que tem exercido até ao presente momento: o seu compromisso com as funções políticas que tem vindo a exercer, ou seja, tudo o que for de melhor para Alcochete, que é para isso que o executivo, em conjunto ou um cada um por si faz, dar o melhor para e por Alcochete. É isso que tem efetuado até ao presente momento e vai continuar a fazer, pelo que, a maioria executiva pode contar consigo para aquilo que for melhor para Alcochete e para a população de Alcochete, realçando que está ao dispor para aquilo que o executivo entender como necessário.

O senhor presidente desejou ao senhor vereador Jorge Giro, as maiores felicidades no exercício das suas funções até ao final do presente mandato.

De seguida, recordou a realização da Eleição para o Presidente da República, ato que decorreu em dois atos eleitorais, o primeiro ato que se desenrolou no passado dia 17 de janeiro, designado por Voto Antecipado e depois a eleição generalizada que ocorreu uma semana depois, ou seja, no passado dia 24 de janeiro. Aproveitou a oportunidade para realizar, em nome do executivo, um agradecimento a todos os trabalhadores da autarquia que estiveram envolvidos neste processo eleitoral, em particular, à funcionária Idália Bernardo e sua equipa que a acompanhou num processo eleitoral muito complexo, com características únicas, um processo moroso, burocrático, muito difícil por natureza e com uma dificuldade acrescida, por via do ciclo pandémico que se vive.

Referiu ainda, que este reconhecimento se estende a todos os trabalhadores que de forma direta ou indireta estiveram envolvidos na preparação do ato em si e no pós ato eleitoral e que dedicaram o seu tempo a esta causa pública, mantendo assim, a chama da democracia viva.

Os dois atos ocorreram sem registo de problemas maiores, com toda a segurança, refletido na participação de votantes no concelho, lembrando que para isso contribuíram as múltiplas equipas que se disponibilizaram para estar nas respetivas mesas de voto, a quem reconhece e manifestou a sua profunda gratidão pelo trabalho desenvolvido nos dois atos, dado não ser uma tarefa fácil, julgando muitas pessoas

que o valor que recebem justifica a sua prestação, mas não é assim. No tempo que se vive, é de facto uma tarefa difícil, estando, por isso, reconhecido e grato a todos aqueles que de livre e espontânea vontade se disponibilizaram para marcar presença à frente das respetivas mesas de voto, contribuindo de forma decisiva para que este processo no concelho de Alcochete se manifestasse irrepreensível na sua forma de ser e na sua forma de estar junto daqueles (e que foram muitos), que exerceram o seu direito de voto.

Nos resultados globais, no que diz respeito ao território nacional e estrangeiro, votaram cerca de 39,24%, com uma abstenção de 60,76%. No concelho de Alcochete registou-se uma abstenção na casa dos 44,79%, com 75,21% de votantes.

Agradeceu às três juntas de freguesia do concelho de Alcochete (Alcochete, S. Francisco e Samouco), seus presidentes e suas equipas, pelo contributo dado para que o ato eleitoral decorresse de forma irrepreensível.

Seguidamente, informou que se encontrava em curso um processo importantíssimo para todo o território nacional, ou seja, a realização dos CENSOS 2021. Como é do conhecimento público, a matriz existente é a dos CENSOS de 2011 que, no caso em concreto do concelho de Alcochete, verifica-se uma disparidade entre aquilo que é a densidade populacional em 2011 e aquilo que é a densidade populacional em 2020, sendo, por isso, imperioso que este trabalho se desenvolva (esteve até à última hora em risco), tendo em conta a questão pandémica que se está a viver. Mas de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), estão reunidas as condições para que este trabalho seja efetuado muito pela força da chamada “era digital”, que irá implicar a participação de recenseadores e, no caso em concreto do concelho de Alcochete serão 13 recenseadores, mas sem dúvida, será um trabalho que vem dar uma nova realidade naquilo que diz respeito à densidade populacional. Se assentar as bases naquilo que são os CENSOS de 2011, Alcochete tem um pouco mais de 17.500 pessoas, todavia, de acordo com um estudo que deu origem ao cálculo das populações nos concelhos afetos à Área Metropolitana de Lisboa, Alcochete, no ano transato já estava muito perto das 20.000 pessoas, e este aumento é importante para constar nos registos.

Salientou que as juntas freguesias têm um papel fundamental neste processo, estando o INE, de forma direta a desenvolver as *démarches* necessárias com estas, para que este trabalho se mostre efetivo. No presente momento, está a decorrer a angariação das inscrições para recenseadores, que no concelho serão 13, sendo que 9 ficam adstritos à freguesia de Alcochete, 2 à freguesia de S. Francisco e outros 2 à freguesia do Samouco. Também, de acordo com o INE este processo deverá estar encerrado no final do mês de junho do presente ano, sendo que a formação para os recenseadores está prevista iniciar-se em 15 de março e decorrerá pelo período de três semanas e a partir daí começará a desenvolver-se o trabalho.

Posteriormente, quanto às medidas restritivas que foram aplicadas no concelho, informou que as mesmas surgiram no âmbito do Estado de Emergência, na sequência da aprovação no passado dia 28 de janeiro (no Conselho de Ministros), o Decreto que procede a um conjunto de alterações, no que respeita às medidas que regulamentam a prorrogação do Estado de Emergência, decretado pelo senhor Presidente da República, mantendo-se vigente até às 23h59 do dia 14 de fevereiro de 2021.

A Câmara Municipal de Alcochete tomou um conjunto de medidas que na sua maioria são a prorrogação ou renovação das medidas que têm vindo a ser desenvolvidas desde março de 2020, contudo, salientou a interdição e a proibição de circulação e/ou permanência na Frente Ribeirinha de Alcochete, designadamente no espaço designado por “Passeio do Tejo”, a interdição e proibição de permanência em parques infantis, que já alguns meses se encontram encerrados, assim como, interdição dos espaços desportivos públicos, dos equipamentos públicos e similares, a sinalização de proibição de utilização de bancos de jardim (em jardins e parques), podendo estes locais serem utilizados apenas para passagem e não para permanência.

Mais salientou, que estas medidas deram origem à publicação de um Edital que visa ganhar a autoridade necessária, quer em terra, quer no mar, no sentido de poderem ser acionados os mecanismos necessários pelas forças de autoridade.

O respetivo Edital foi enviado para a Capitania do Porto de Lisboa que, no dia de hoje, acusou a receção do mesmo e informou que o mesmo foi reencaminhado para o comando local da Polícia Marítima de Lisboa, no sentido de o mesmo ser escrupulosamente cumprido na íntegra e assim, haver uma fiscalização assertiva, quer no mar, quer também em terra. Naturalmente, por força da Lei e das circunstâncias, a proibição não afeta os pescadores licenciados para a atividade da pesca.

Quanto ao relatório epidemiológico, relativo ao número de casos de Covid-19, no concelho de Alcochete, informou que, à data de hoje, o concelho apresenta um número de casos acumulados de 1.187 pessoas, 280 casos ativos, 892 de casos recuperados e o número acumulado de 15 óbitos.

Mais informou que há cerca de 15 dias, surgiu um surto que acabou por ter uma influência significativa, desde essa altura e até ao dia de ontem, no que diz aos casos ativos, contudo, o mesmo encontra-se devidamente controlado, estando praticamente ultrapassado.

Informou que este surto afetou as seguintes unidades de residência para pessoas idosas:

- Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, onde estiveram infetados em simultâneo 18 profissionais e 42 utentes, resultando em 3 óbitos;
- Alcolar onde estiveram infetados 3 profissionais e 18 utentes, resultando em 2 óbitos;
- Uma unidade irregular, nomeadamente, a Casa de Repouso “Renascer”, sediada na fonte da Senhora, afetando 3 profissionais e 13 utentes, resultando 3 óbitos.

No cômputo geral, este surto afetou 24 profissionais e 73 utentes, perfazendo um total de 97 pessoas.

Seguidamente, informou que no dia de ontem, decorreu a segunda fase da vacinação em todas as unidades de residência de pessoas idosas, tendo sido vacinadas 161 pessoas, com a segunda toma, ou seja:

- Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, 63 profissionais e 34 utentes;
- Alcolar, 8 profissionais e 10 utentes;
- Casa de Repouso “Renascer”, 4 profissionais e nenhum utente, porque o surto afetou todos os utentes desta unidade;
- Quinta dos Lírios, 10 profissionais e 19 utentes;
- Casa de Repouso Anabela Dias, 2 profissionais e 5 utentes;
- Casa de Repouso “Graça Jesus”, 2 profissionais e 4 utentes.

Assim, no cômputo geral foram vacinadas nas 6 unidades de residência de pessoas idosas do concelho de Alcochete 161 pessoas, repartidas entre 89 profissionais e 72 utentes.

Tendo em conta o número de casos, lembrou que é imperioso cumprir com o dever de recolhimento, embora não exista o recolher obrigatório, mas existe o dever, a obrigatoriedade de uso de máscara na via pública, dado que protege cada um de nós e os outros, proceder à higienização das mãos permanentemente e cumprir com a etiqueta respiratória porque só assim, se todos cumprirem com as regras que são elementares, do ponto de vista da DGS, se está a contribuir para uma redução significativa dos números de casos ativos por Covid-19.

Posteriormente, o senhor vereador Pedro Louro apresentou a seguinte proposta de moção “Governo rejeita criação de NUT III para a Península de Setúbal”.

«No passado dia 27 de janeiro, a Ministra da Coesão Territorial rejeitou a criação de uma NUT III (Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos) para a Península de Setúbal, ao contrário do que havia afirmado em novembro passado, quando referiu que os nove concelhos da região deviam constituir-se como uma NUT III como solução para corrigir a enorme injustiça de que tem sido alvo.

A inexistência de uma NUT III específica para os concelhos abrangidos pela Península de Setúbal resulta numa tremenda discriminação negativa por se verem privados de receberem mais verbas provenientes dos fundos comunitários, com vista ao desenvolvimento social e económico desta região. Acrescenta-se que, se nada for feito num curto espaço de tempo, os concelhos de Alcochete, Almada, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal continuarão integrados na atual NUT III, o que contabiliza dados socioeconómicos da mesma área geográfica, ou seja, a Área Metropolitana de Lisboa. Assim a Península de Setúbal continuará a ter um acesso qualitativo e quantitativo inferior a outras regiões do território nacional, agravando assim as desigualdades já existentes. Por isso esta mudança de posição da Ministra da Coesão Territorial é incompreensível e contrária aos próprios valores da coesão, valores que deveria defender e não combater.

Face ao exposto, a Câmara Municipal de Alcochete reunida no dia 3 de fevereiro de 2021, repudia as recentes declarações da Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, e exorta o Governo para que crie uma NUT III para a Península de Setúbal de forma a corrigir esta injustiça e permitir o acesso a fundos comunitários por parte dos nove municípios da região em condições de igualdade com os outros municípios portugueses.»

Submetida à discussão, o senhor vereador Pedro Lavrado referiu que por o município de Alcochete estar inserido na AML, acaba por ser prejudicado, ou seja, os fundos comunitários para a AML, que é considerada uma zona “rica”, são financiados a 50%, o que para os municípios da margem Sul e da península de Setúbal é bastante prejudicial, dado que não têm o mesmo poder económico dos municípios da margem Norte. Porém, como estamos integrados na AML, estamos inseridos na mesma NUT e isso é prejudicial.

Existem municípios com o mesmo nível económico que o município de Alcochete que acabam por ter uma comparticipação de 75% e o município de Alcochete apenas tem uma comparticipação de 50%, considerando, assim, a Moção oportuna porque esta situação é muito prejudicial para os municípios da península de Setúbal, onde se inclui o município de Alcochete.

O senhor vereador Jorge Giro, mencionou que, conforme o senhor presidente referiu numa anterior reunião de câmara, seria uma mais-valia a integração da península de Setúbal nesta NUT III. Lembrou que, muito provavelmente, o município de Alcochete, ainda é o quinto município, entre os 308 que recebe menos verbas do FEF, pelo que é muito mais difícil para câmaras, como a de Alcochete, fazer orçamentos e grandes investimentos, porque 2/3 do orçamento depende das receitas próprias. Assim, como é óbvio, não nos podemos comparar e estar integrados na zona de “ricos”, porque existe uma disparidade enorme. Não se pode comparar o município de Alcochete e a sua capacidade económica financeira, mesmo ao nível de receitas que consegue obter, com os municípios, por exemplo, de Lisboa, Sintra e Almada e até mesmo com municípios vizinhos como Moita e Montijo.

Face ao exposto, é obvio que os eleitos da CDU irão estar ao lado desta Moção, porque não querem ser excluídos daquilo que é bom para o município de Alcochete e se houver algo mais que seja possível fazer, no sentido de haver uma reversão (o que é difícil), há que lutar para que se consiga o objetivo, particularmente no que diz respeito aos fundos comunitários, porque não se pode estar a dar a uns municípios 80% e a outros 50%, considerando que deveria ser dado 80% também aos municípios da península de Setúbal, porque, atualmente, só se consegue 80% em situações limites, isto é, quando existem fundos e não há obras, em circunstâncias onde todos os municípios se candidatam aos fundos com as mesmas regras, Alcochete ficará plenamente prejudicado se ficar de fora desta NUT III.

O senhor Vasco Pinto referiu que este foi um tema muito debatido ao longo da campanha para as últimas legislativas onde todos os cabeças de lista do distrito de Setúbal defendiam a criação de uma NUT III para a península de Setúbal.

Considera curioso, como em tão pouco tempo se muda de opinião, dado que a senhora Ministra da Coesão Territorial, em novembro último, afirmou que era urgente que os 9 concelhos da península de Setúbal se constituíssem como uma NUT III, para que fosse possível construir investimentos territoriais integrados. Agora, passados poucos mais de 3 meses, há este recuo, mostrando, assim, que não existe

vontade real de resolver o problema da península de Setúbal e o problema das regiões do país onde existem divergências de valores de coesão territorial.

O senhor presidente considera que o senhor vereador Pedro Lavrado fez uma explanação sintética, mas muito objetiva, com dados muito concretos da importância de o concelho de Alcochete figurar numa NUT III da península de Setúbal, de modo a evitar as assimetrias existentes e se há algum tempo se congratulou, hoje, lamenta profundamente a atitude da senhora Ministra em dar um passo atrás, sentindo-se desiludido pelo facto de o município de Alcochete e a península de Setúbal, em particular os concelhos chamados de margem Sul, não poderem, uma vez mais, estarem em pé de igualdade com os restantes municípios e por isso, serem amplamente prejudicados do ponto de vista financeiro.

Submetida à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, o senhor vereador Pedro Louro congratulou o senhor presidente pela elaboração do Edital que proíbe a circulação dos mariscadores em Alcochete, porque de facto, estes continuam a circular como se nada estivesse a acontecer.

Lamentou os óbitos ocorridos, apresentando os seus sentimentos a todas as famílias que se viram privadas dos seus familiares e, se no ano transato, não tinha conhecimento de ninguém infetado pelo Covid-19, atualmente, todos conhecem alguém, direta ou indiretamente, que já sucumbiram a este vírus.

Posteriormente, sugeriu que se procedesse à testagem quinzenal de todos os colaboradores do município que se encontram na linha da frente, nomeadamente, as equipas de recolha de resíduos, da proteção civil, dos elementos que integram o serviço de Ação Social e dos trabalhadores que efetuam a distribuição de refeições escolares, no sentido, de serem evitados males maiores.

Depois, referiu que existe informação que não chega a algumas pessoas, independentemente da divulgação que o município efetua, particularmente, nas redes sociais, pelo que, considera que a informação não pode ser disponibilizada só

por essa via, porque existem pessoas que têm dificuldade em aceder a essas plataformas, sugerindo, assim, a distribuição de um “informail”, nomeadamente dos serviços de apoio social que o município disponibiliza. Considera que a informação do apoio disponibilizado deve ser também articulada com as juntas de freguesias e com os grupos socio-caritativos, porque existem famílias em que a ajuda não chega e já se começa a ver no concelho de Alcochete pessoas a vasculhar os caixotes do lixo e, é triste, pelo que, a informação tem de chegar a essas pessoas e não só pelos meios digitais.

De seguida, questionou qual o envolvimento da câmara sobre o plano de vacinação para o concelho de Alcochete, considerando que devem ser preparados equipamentos municipais para o dia em que a vacinação arrancar, seja o pavilhão de Alcochete, o pavilhão do Samouco ou um espaço em S. Francisco, para não haver a necessidade de deslocações, porque o espaço do Centro de Saúde de Alcochete não comporta um plano de vacinação massivo de toda a população.

Considerou também, que a autarquia deve ajudar aqueles que não têm médico de família, dado que o centro de saúde não sabe que essas pessoas “existem”, pelo que é necessário o Setor de Ação Social do município ajudar na inscrição destas para a vacinação.

O senhor presidente, em resposta ao explanado pelo senhor vereador Pedro Louro, referiu que o município de Alcochete nunca desenvolveu por sua iniciativa (desde de março de 2020 e até ao dia de hoje) qualquer tipo de testagem e não o faz porque não tenha disponibilidade financeira ou interesse para o fazer mas sim, porque entendeu, desde a primeira hora estar em sintonia e em articulação com aquilo que são as diretrizes e as indicações da DGS e, em particular, com a Autoridade Saúde Local e esta nunca sentiu que a testagem fizesse sentido ser operacionalizada tanto mais, que também não existe nenhum surto interno que leve a essa tomada de posição. Considerou que tem de existir uma equipa coesa, existir uma “task force” que, no momento, é constituída pela Autoridade de Saúde Local, pela câmara municipal e pelas respetivas juntas de freguesia.

Mencionou que lhe parece pertinente a questão que o senhor vereador Pedro Louro invocou, no sentido de ser criada uma forma para que a informação chegue a toda a população, nomeadamente àquela que não tem acesso às plataformas digitais ou *internet*, muito embora, o assunto da pandemia, ser um assunto que está permanentemente na ordem do dia nos múltiplos canais de televisão e na rádio. Contudo, parece-lhe importante a questão do envio do “infomail”, mas salientou que desde março de 2020 que é efetuado um trabalho em articulação com um conjunto de entidades, onde estão envolvidas as juntas de freguesias que fazem parte da Comissão Municipal de Proteção Civil, onde há a oportunidade, em sede própria, de debater este assunto, como também tem havido um envolvimento, sempre muito abrangente com os 2 grupos socio-caritativos, a Paróquia de S. João, em Alcochete e a Paróquia de S. Brás, em Samouco. Estes 2 grupos trabalham em articulação direta com o Setor de Ação Social e estes, junto das pessoas que recorrem a eles promovem e realizam a divulgação dos serviços prestados pelo Setor de Ação Social. Todavia, é pertinente a informação ser consolidada em formato “infomail” e que seja distribuída pelas cercas de 9.000 caixas postais do concelho de Alcochete

Em relação à questão das vacinas, informou que no presente momento ainda não dispõe de nenhuma informação relativa à vacinação no concelho de Alcochete, mas essa matéria será centralizada sob a égide do centro de saúde. Naturalmente, haverá conversações entre o centro de saúde e o município e, a seu tempo, na altura em que a vacinação ocorra no concelho de Alcochete, o município estará disponível para disponibilizar, seja o pavilhão de Alcochete, o pavilhão do Samouco, ou uma infraestrutura em S. Francisco, de forma que permita que a vacinação decorra de forma célere e sem grandes problemas. Inclusivamente, se for necessário, será assegurado, se porventura não for possível proceder a uma descentralização tão vasta, o transporte das pessoas que não tenham forma de se deslocarem. Como é sabido os transportes públicos estão muito condicionados, existem carreiras que, entretanto, foram suprimidas porque as escolas estão encerradas, pelo que, será assegurado o transporte das pessoas que necessitarem de se deslocar para o local em que ocorra a vacinação, para que cada um leve a vacina.

Referiu que, no dia de hoje, foi notícia nos mais diversos órgãos de comunicação social que o facto de as pessoas não terem médico de família ou não estarem inscritos nos centros de saúde não ser um problema, porque todos serão contactados.

Seguidamente, o senhor vereador Estêvão Boieiro, após uma conversa tida com a senhora provedora da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete, destacou o excelente trabalho desenvolvido pelos profissionais de saúde do Centro de Saúde de Alcochete e a disponibilidade que os mesmos têm demonstrado com a Santa Casa da Misericórdia de Alcochete.

Agradeceu o empréstimo da viatura do Serviço de Proteção Civil da câmara municipal, para transporte dos testes realizados aos funcionários e idosos desta unidade para Tomar.

Informou que o quadro de enfermagem da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete já se encontra estabilizado com o regresso das enfermeiras que se encontravam impossibilitadas de dar o seu contributo profissional.

Ainda informou que, no dia de ontem, foi administrada a segunda dose da vacina, existindo muitas queixas por parte dos idosos, mas felizmente, não passa da normal reação à própria vacina e felizmente todos estão negativos.

Como pontos negativos, referiu que esta semana faleceram 2 idosos, 1 homem e 1 mulher, que se encontravam em situação de saúde muito grave, devido à sua idade muita avançada e com um historial de doenças clínicas, mas que “levaram” o carimbo de morte por Covid-19. Este carimbo parece-lhe estranho, porque parece que virou uma norma obrigatória os idosos morrerem de Covid-19.

Depois, mencionou que os primeiros testes, realizados de outubro a dezembro, deram como resultado dois infetados (2 funcionárias).

Informou que há pouco tempo atrás, após o falecimento de um utente que foi enviado para o hospital do Barreiro por vezes seguidas, em dias diferentes, no primeiro dia não acusou infeção por Covid, mas que no segundo dia ao repetir o teste, acusou positivo, pelo que foram efetuados testes a todos os funcionários e utentes da santa casa da misericórdia e os resultados foram de 12 funcionários e 39 utentes infetados, existindo assim, uma discrepância entre os números referidos pelo senhor presidente, 18 e 42 respetivamente. Salientou que quando a situação aconteceu, já tinha sido administrada a primeira dose da vacina. Entretanto, dois dias depois, mais 7 idosos infetados, aproximando-se assim aos números referidos pelo senhor presidente.

O senhor presidente referiu que talvez por seu desconhecimento, não consegue vislumbrar qual a relação que o senhor vereador Estêvão Boieiro tem com a santa casa da misericórdia, sabendo, no entanto, que já desempenhou funções de Provedor, não o sendo agora. Considerou um pouco inoportuno aquilo que foram os seus comentários, porque os dados que apresentou, são dados que são desenvolvidos entre a Santa casa da Misericórdia de Alcochete, Autoridade de Saúde Local e Serviço Municipal de Proteção Civil, sendo estes dados atualizadíssimos à data do dia de hoje, pelo que, os dados por si apresentados e os dados expostos pelo senhor vereador, criam alguma disparidade, criando confusão à sua própria pessoa e necessariamente às pessoas que estão a acompanhar a reunião e até ao restante executivo.

Repetiu que os números que dispõe e que teve oportunidade de referir, são números que lhe foram dados momentos antes da presente reunião, tendo havido um esforço por parte do Serviço Municipal de Proteção Civil e da Autoridade de Saúde Local que é quem faz a gestão das altas, para que a informação chegasse a tempo de ser apresentada nesta reunião, partindo por isso do princípio que a informação que apresenta nas reuniões de câmara sobre o tema é a correta.

Depois, salientou que aquando do aparecimento do surto, teve a oportunidade de apresentar a uma pessoa da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete a sua solidariedade e disponibilidade para aquilo que fosse necessário.

Informou que quando há 2 ou 3 dias lhe chegou, via *e-mail*, a grande preocupação existente relativamente à falta de recursos humanos, médicos e enfermeiros, estabeleceu contacto telefónico com a Segurança Social, na pessoa da Dr.^a Silvia Pereira, responsável pelo Núcleo de Respostas Sociais, para manifestar a sua profunda preocupação com a falta de recursos humanos técnicos, do ponto de vista médico e de enfermeiros na santa casa da misericórdia, tendo, a Dr.^a Silvia Pereira mencionado que iria articular com a santa casa o cumprimento das necessidades sentidas, a fim de serem prestados os cuidados necessários aos respetivos utentes.

O senhor vereador Estêvão Boieiro esclareceu que foi provedor da Santa Casa da Misericórdia de Alcochete durante 4 anos e por questões particulares e de saúde decidiu sair do cargo. Atualmente é vice-presidente da Assembleia Geral de Sócios. Mais esclareceu que a sua intervenção apenas aconteceu, porque a atual provedora lhe solicitou que transmitisse a informação prestada.

Posteriormente, a senhora vereadora Maria de Fátima Soares informou que no passado dia 1 de fevereiro reuniu por videoconferência o Conselho Municipal da Juventude, onde foi debatido a aderência à Rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, a que Alcochete aderiu como membro fundador em novembro 2020.

Trata-se de um projeto da Federação Nacional das Associações Juvenis e tem como objetivo principal a partilha das boas práticas e a criação de estratégia e promoção de pedagogias associativas municipais. A questão da programação da “Quinzena de Juventude” que irá decorrer entre 12 e 28 de março, com atividades várias em registo de transmissão por via digital, foi debatida, por o Conselho considerar que a data deveria ser assinalada. No ano transato, devido ao confinamento não foi possível assinalar a data. Também tinha uma programação muito vasta, mas não foi possível passar as atividades para via digital e este ano já foi possível o mesmo se preparar nesse âmbito e, assim, irá haver vários momentos como: concertos, colóquios palestras e várias atividades direcionadas para a juventude.

Depois, sobre a ação do Setor de Desenvolvimento Social e Saúde da Câmara Municipal de Alcochete, referente ao mês de janeiro de 2021, informou que, como

referido pelo senhor presidente foram estabelecidas parcerias com os grupos socio-caritativos do Samouco e Alcochete e ainda com a “Caritas” da Atalaia. Esta última faz o atendimento de todas as pessoas residentes no Passil, ou seja, zona rural, bem como com o “Cais do Sal” e Associação “Os Canitos” de Alcochete.

Realçou que os serviços prestados se baseiam em apoio social às famílias com dificuldades e carência socioeconómica, às famílias infetadas confinadas, famílias confinadas por outras situações, idosos isolados com necessidades especiais redobradas e, ainda, como efetuado desde o início do primeiro confinamento, apoio à obtenção de medicamentos e consultas médicas, bem como, entrega de bens de primeira necessidade.

A autarquia também disponibiliza os meios necessários, viatura e recursos humanos, na recolha e distribuição de alimentos provenientes da Rede de Emergência do Banco Alimentar, das empresas sediadas no concelho que colaboram com excedente de *stock* e donativos de pessoas particulares.

Relativamente ao número de registos e diligências efetuadas durante o mês de janeiro de 2021, informou que foram incluídas mais 14 pedidos de novas famílias, a acrescentar às já sinalizadas (3 foram sinalizadas pelo Banco de Emergência Alimentar), foram efetuados 8 apoios alimentares através do atendimento a famílias confinadas por via do Covid-19, entrega de bens alimentares no domicílio a 44 famílias, atendimento de apoio social a 22 famílias, atendimento de pedido de receitas médicas a 16 pessoas, novos pedidos de atendimento para ação social a 8 pessoas, atendimento para marcação de consultas médicas na zona rural a 24 pessoas e atendimento psicossocial a 11 pessoas, retirada de lixo doméstico a famílias confinadas a 2 famílias e passeio de animais domésticos a 1 família (efetuado pela Associação “Os Canitos” no âmbito da parceria estabelecida).

Salientou que o Serviço de Ação Social tem uma base de dados imensa e todas as semanas estabelece contacto, pelo menos, com os idosos que se encontram mais isolados. Relembrou que há dois anos está implementado o projeto da pulseira que é um telefone, serviço inteiramente gratuito que a câmara municipal disponibiliza a

20 idosos das zonas rurais, existindo assim, um contacto muito próximo e profícuo com estes idosos.

Seguidamente, informou que a autarquia, desde o primeiro dia da interrupção das aulas, está a efetuar a entrega das refeições escolares aos alunos beneficiários do Escalão A e B de ação social, ao domicílio, compostas por almoço e lanche, num total de 100 refeições.

Também informou que a autarquia assegurou a confeção das refeições aos idosos do CENSA, devido ao facto de as cozinheiras desta unidade terem ficado infetadas por Covid-19 e em isolamento profilático, há cerca de 15 dias. Também está a autarquia a assegurar as refeições ao lar sediado na Fonte Senhora, devido ao surto registado nessa unidade.

Todas as refeições foram confeccionadas no refeitório escolar, da Escola Básica do Valbom que já se encontra operacional.

O senhor presidente mencionou que quando a Autoridade de Saúde Local deteta alguma carência, no desenvolvimento daquilo que é a sua missão, essa carência é automaticamente encaminhada para o Serviço de Ação Social da autarquia, existindo todo um trabalho em rede, que envolve, não só os funcionários da câmara municipal, como a corporação de bombeiros, G.N.R., Autoridade de Saúde Local e os grupos socio-caritativos.

Ainda em relação às refeições escolares, acrescentou que estas são compostas por um lanche (pão e leite), refeição principal, sopa e fruta. Saliu que foi efetuado um contacto telefónico com cada uma das famílias, na tentativa de perceber, no fundo, o que se passa dentro de cada família, nomeadamente, para saber se os alunos têm irmãos, porque nas famílias em que isso acontece, a refeição é reforçada.

Relativamente aos recursos digitais pedagógicos e sociais para o ensino à distância, referiu que, como é do conhecimento geral, as escolas estão em pausa letiva e a partir do próximo dia 8, retornam as aulas com o ensino à distância. O plano de ensino à distância do agrupamento de escolas, não requer qualquer validação por parte da

câmara, ainda assim, a autarquia disponibilizou-se para fazer ponto desse projeto de retoma do ensino.

Obviamente, que o sucesso e implementação deste pela via digital à distância passa pela colaboração de várias entidades parceiras, como a autarquia, associações de pais e juntas de freguesia. A autarquia disponibilizou-se para engradecer este ensino à distância, com os recursos humanos e técnicos para desenvolver conteúdos pedagógicos e dinamizar aulas síncronas, no âmbito do “1.º Salto” para os alunos do pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico, ou seja, foram disponibilizados os professores de educação física e expressão físico-motora do município para no horário que cada uma das turma que em essa unidade curricular, para realizar as aulas em direto na plataforma, bem como, a continuidade do programa “Música vai à Escola” no pré-escolar, também na modalidade de aula síncrona, dado a parceria existente com o CRAM.

Ainda foi disponibilizado, o apoio logístico na distribuição de materiais pedagógicos e apoio à aprendizagem nas zonas rurais, lembrando que na primeira fase do confinamento este serviço também foi prestado, realizando-se a distribuição e recolha dos trabalhos impressos pelos professores.

Também foram disponibilizadas 30 “webcams” e 30 “headphones” ao Agrupamento de Escolas, desde o princípio do ano letivo, assim como, 8 computadores portáteis.

Mais foram disponibilizados, os recursos humanos da autarquia para apoiarem os alunos de risco que permanecem na escola, dado que, tal como previsto em Decreto, os alunos que são considerados de risco, estão a ter aulas fisicamente, na Escola 2,3 El Rei D. Manuel I, existindo também uma bolha na Escola da Restauração, para os filhos dos profissionais que estão na primeira linha, terem aulas fisicamente.

Relativamente à disponibilização de computadores por parte do Ministério da Educação, o agrupamento informou que no início do ano letivo reportou à DGEstE, a falta de computadores a 414 alunos do escalão A e B, desde o 1.º Ciclo do Ensino Básico ao Ensino Secundário e até à presente data foram distribuídos e entregues

72% dos computadores destes 414 alunos, portanto a 298 alunos. Saliou que 100% dos alunos do escalão A e B do Ensino Secundário já receberam computador; no 2.º e 3.º Ciclo do Ensino Básico os computadores foram entregues a 152 alunos e no 1.º Ciclo do Ensino Básico a 92 alunos, tendo sido dada prioridade aos alunos do Escalão A.

Informou também, que o município está disponível para apoiar o agrupamento de escolas com equipamento informático, recordando que foram adquiridos 20 computadores, encontrando-se já 8 no agrupamento, tendo ainda 20 tablets para disponibilizar ao agrupamento.

Seguidamente, informou que a Câmara Municipal de Alcochete em parceria com o Instituto Português do Sangue e da Transplantação e Casa do Povo de Alcochete, instalou um posto móvel avançado (realizado já há uns anos a esta parte) na Casa do Povo de Alcochete para colheita de sangue. A primeira colheita de sangue do presente ano foi efetuada no dia 1 de fevereiro e nos próximos dias 5 de abril, 7 de junho, 2 de agosto, 4 de outubro e 6 de dezembro serão realizadas mais colheitas, entre as 15h00 e as 19h30.

Posteriormente, informou que os Bombeiros Voluntários de Alcochete procederam à desinfeção de todos os estabelecimentos de ensino, quer aos da tutela da câmara municipal, quer do Ministério da Educação, situação que ocorrerá de forma periódica e com assiduidade, realizando-se a próxima, na altura em que reabrirem as escolas.

Informou que, no âmbito da parceria realizada com a Liga Portuguesa do Cancro da Mama, a partir do dia de amanhã (4 de fevereiro) e até ao próximo dia 19 de fevereiro, decorrerá o rastreio do cancro da mama para as mulheres entre os 50 e 69 anos de idade, como uma aposta na medicina preventiva.

Seguidamente, o senhor vereador Jorge Giro enalteceu o trabalho efetuado pelos trabalhadores da autarquia que de tudo fizeram para que o ato eleitoral decorresse da melhor forma, nomeadamente, às funcionárias, idália Bernardo e Carla Oliveira. Um ato diferente devido às circunstâncias do Covid-19. Saliou que não é fácil estar

numa mesa de voto (tendo presidido à mesa n.º 1), das 07h00 às 22h00, e muito mais difícil foi devido às medidas que tiveram de ser implementadas: de distanciamento, desinfeção, higienização, obrigatoriedade do uso de máscara, todavia, correu tudo bem. Enalteceu também a presença dos residentes de Alcochete nas urnas, porque, se a nível nacional, se poderá dizer que quem ganhou as eleições foi a abstenção, no concelho de Alcochete isso não aconteceu, sendo um bom exemplo que deveria ser replicado em todos os outros municípios, esperando que a percentagem de abstenção nas próximas eleições seja igual ou mais baixa.

Quanto aos CENSOS 2021, considera que este será o ano em que se vai saber, com mais certeza, o que se passa no país e, particularmente no concelho de Alcochete, pelo que, apelou à colaboração de todos os munícipes, dado que é muito importante o preenchimento do inquérito, porque, no fundo, se está a dar um contributo muito importante para saber quem somos e quantos somos. Frisou que, entre os últimos Censos que foram realizados em 2011 e os penúltimos em 2001, o concelho de Alcochete ficou no quinto lugar dos que mais cresceu entre os 308 municípios, muito, fruto da construção da Ponte Vasco da Gama, inaugurada em 1998 que, desde então, permitiu dar a conhecer Alcochete ao mundo.

Alcochete estava um pouco isolada, porque os acessos não eram fáceis, mas a ponte veio permitir que se conhecesse melhor o nosso concelho e que fosse escolhido por muitos para vir para cá morar, tendo sido a freguesia de S. Francisco a que mais cresceu no país, passando de 1.500 para 3.000 fregueses. Contudo, espera que todos os autarcas que passem por Alcochete, o atual executivo e os executivos vindouros, nunca permitam que Alcochete deixe de ser Alcochete, que seja sempre uma vila com a sua identidade, até porque o atual PDM, salvo erro, só permite a construção para o máximo de 30.000 munícipes residentes e que a ETAR para tratamento das águas residuais apenas foi construída para 30.000 habitantes, esperando não vir a ser preciso necessário uma nova ETAR, porque seria sinal que se iria extravasar aquilo que se quer manter como identidade e como povo.

Em relação ao Covid-19 e nomeadamente às vacinas, espera que as mesmas sejam, efetivamente, dadas a quem delas precisa e que não haja aproveitamento da

situação por um qualquer estatuto, por uma qualquer condição política ou de organismo, fazendo finta às normas que designam quem deve ser vacinado. Espera que, quem transgrida essas normas seja severamente punido ou mesmo incriminado, porque já se registaram casos, considerando isso extramente grave.

Seguidamente, agradeceu o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do município, que de forma diária e quase de forma permanente estão ao serviço de todos nós, por não desistirem e por continuarem a cumprir com o seu trabalho, dado que ainda não existe a tele recolha de lixo, a tele varredura e a tele reparação de rutura de água.

Depois, quanto ao assunto mariscadores, considera que se está, cada vez mais, perante uma situação grave e como a situação é cada vez mais grave, requer uma maior ação por parte da autarquia, salientando que os eleitos da CDU estão disponíveis, se for o caso, para integrar qualquer reunião ou para assinatura de qualquer documento, no sentido da situação se minimizar o mais possível.

Referiu que o executivo faz constantes apelos a quem reside no concelho para que fiquem em casa, mas depois, existem cada vez mais mariscadores, que não se sabe quem são e de onde vêm, a percorrer as várias artérias da vila e que entram em tudo o que é sítio, por vezes em grupos de 5, 6 ou 7, sem uso de máscara.

Considera que a apanha da amêijoa só tem uma solução, que é a legalização, porque enquanto esta atividade não for legalizada, o problema vai ser uma constante e vai estar a crescer cada vez mais, porque as pessoas vão ficando sem emprego, as dificuldades aumentam, estando-se apenas a referir àqueles que fazem da apanha da amêijoa uma atividade “profissional” que apanham a amêijoa de forma industrial, que rasgam o leite do rio, que se vestem e despem na via pública, que não respeitam a sinalização e entram pela Ponte Caís de forma ilegal.

Sabe que o assunto envolve diversas entidades e trata-se de um processo que não é de agora, também o anterior executivo tentou reunir com as 7 ou 8 entidades envolvidas e é um assunto que não é de fácil resolução. A Lei não ajuda porque, repare-se, às vezes ouve-se uma notícia em que foram apreendidos vários quilos de

amêijoa e muito bem, mas depois, essa amêijoa é analisada pela médica veterinária local ou outra entidade competente e se não estiver em condições é devolvida ao rio, o que vai tornar mais fácil a sua apanha, porque estão em molhos.

Relembrou a existência do estudo elaborado pela autarquia do Seixal que referia que, entre o Seixal e o sítio das Hortas, em Alcochete, há 4 ou 5 anos, estimava-se a existência de 1.200 pessoas na apanha da amêijoa; só no Samouco concentravam-se quase 1.000, apurando como produto de venda, cerca de 30 ou 40 milhões de euros por ano livres de impostos.

Consideraou que este assunto deverá ser tratado com seriedade, porque não basta ir ao Barreiro lançar a 1.^a pedra para construção de uma depuradora e, depois a depuradora não avança porque era impossível construí-la naquele local. Mais considera que, só legalizando a atividade se resolverá assunto, até porque, se está a falar de um problema de saúde pública, porque saem do Tejo toneladas de amêijoas por mês que não são depuradas, não se sabendo o estado em que estas chegam ao consumidor final. É sabido que o estuário nesta zona, é quase todo Zona C, mas existem zonas, que devido aos metais pesados que se encontram no rio que vão para além de C, não pode ser apanhada amêijoa de forma nenhuma, a não ser que sejam posteriormente depuradas.

Relativamente ao assunto das escolas, referiu não deixar de lamentar que após os alunos estarem em casa 8 dias, é que se vá comprar computadores. Faltam cerca de 350 mil computadores ao nível do país para assegurar o ensino à distância a todos os alunos, até porque esta situação era previsível, porque a pandemia não apareceu em janeiro de 2021, mas sim em janeiro de 2020, tendo havido assim, mais que tempo para assegurar a aquisição de todos os computadores. Considerou que esta situação vai implicar com as futuras férias de todos os alunos, nomeadamente, nas férias da Páscoa que serão mais curtas, porque, no presente momento, os estudantes estão em casa sem fazer nada e podiam estar a ter aulas, evitando assim o encurtar das férias.

O senhor presidente, quanto à vacinação, referiu que aquilo que lhe apraz apenas dizer é que se cumpra escrupulosamente aquilo que está estabelecido superiormente em relação a esta matéria.

Depois, mencionou que existem orientações governamentais para a realização do teletrabalho, contudo, é verdade que existem muitas funções, sobretudo de natureza pública que não podem ser desenvolvidas por via do teletrabalho e a esses presta a sua vénia, nomeadamente aos trabalhadores da autarquia. Salientou que da parte do executivo tem havido uma preocupação acrescida com esses trabalhadores, com a distribuição de equipamento de proteção individual, com desfasamento de horários, ou seja, um conjunto de medidas para que esteja tudo em ordem e, assim responder àquilo que são as necessidades prementes da população do concelho de Alcochete, estando-se presentemente com uma terra limpa, asseada, com recolha de resíduos (que são da competência do município, porque há quem não cumpra com as suas competências, nomeadamente a Amarsul, que muitas vezes não cumpre com a sua obrigação), feito por homens e mulheres que são funcionários da câmara e que são parte integrante daquilo que é o trabalho do município.

No que concerne ao assunto dos mariscadores, ressaltou que não eram 7 ou 8 entidades envolvidas neste processo, o número ultrapassa cerca de 20 entidades, todas elas, de forma direta, com responsabilidades acrescidas. Referiu que desde o primeiro momento que anunciou vários crimes associados a esta atividade, desde o crime de saúde pública, crime ambiental, crime económico e, (está convicto que a única coisa que é necessária é a Regulamentação), porque estando esta atividade regulamentada, necessariamente tudo se conjuga para que esta possa ser desenvolvida, sem estes aspetos nefastos que todos os dias se pode ter a oportunidade de vislumbrar na praça pública e, em particular, no concelho de Alcochete.

Salientou que, já tinha estado presente em várias reuniões, da Associação de Municípios da Região de Setúbal e da Área Metropolitana de Lisboa (AML), onde teve a oportunidade de falar sobre esta temática, partilhando esta problemática com outros municípios (na AML com 17 municípios e não ouviu de nenhum dos

municípios, onde esta preocupação também tem contornos preocupantes, manifestar-se relativamente a esta matéria). Assim sendo, o município de Alcochete está completamente sozinho nesta batalha, uma outra pandemia com efeitos nefastos, quer do ponto de vista da saúde pública, quer do ponto de vista económico e do ponto de vista social.

Evidenciou que todos os dias lhe chegam fotografias de pessoas que ficam completamente despedidas na via pública, da sujidade na via pública provocada por quem desenvolve esta atividade, o desrespeito pelas indicações, numa altura em que se vive um Estado de Emergência com regras restritivas apertadas para toda a população. Frisou que todos os dias tem o cuidado de enviar por *e-mail*, para o senhor Ministro da Administração Interna, fotografias e comentários de tudo que acontece no concelho de Alcochete relativamente a esta matéria e como repete esta operação praticamente todos os dias, o título do assunto do *e-mail* é “A Saga Continua”.

Considera que para combater esta questão terá de haver uma “taskforce”, ou seja, uma união, uma coesão entre todas as entidades envolvidas e cada uma assumir aquilo que no fundo é da sua responsabilidade ou então, do ponto de vista superior, ser criada legislação que regulamente esta matéria.

Em relação à depuradora, salientou que o município está disponível para acolher uma depuradora/transformadora, (porque há determinadas amêijoas que só por si a depuradora não é do ponto de vista da saúde pública eficaz) se for necessário, em alternativa ao Barreiro, dado que o Governo, como por exemplo a Administração do Porto de Lisboa tem terrenos próprios em Alcochete. Agora, o que não se pode manter, é aquilo que se tem mantido até aqui. A autarquia faz aquilo que é da sua competência, aquilo que é possível fazer de acordo com as condições de que dispõe.

Quanto à situação que o senhor vereador Jorge Giro referiu de a amêijoa ser devolvida ao seu *habitat* natural, informou que esse problema já não se coloca. Há mais de 1 ano e meio que a câmara assumiu, como parte da solução, o transporte

da amêijoa que é capturada pela G.N.R. para a Amarsul, naturalmente, com o aval da Autoridade Sanitária Local, para a sua completa destruição.

Acredita que havendo regulamentação se conseguirá criar regras, regras do ponto de vista sanitário, do ponto de vista económico e ambiental, para que todas as pessoas que queiram desenvolver esta atividade o possam fazer de forma regulamentada.

Voltando um pouco atrás e relativamente à Moção apresentada, considera curioso ser um representante do Partido Social Democrata local a apresentar uma moção em defesa da NUT III, para discussão e votação, porque na realidade foi o seu partido por intermédio do Primeiro-ministro da altura, Pedro Passos Coelho que acabou precisamente com a NUT III em 2014. Todavia, não invalida e não lhe retira o mérito de trazer ao órgão colegial para discussão e votação uma Moção, que obteve uma votação unânime.

O senhor vereador Pedro Louro referiu que não recebe recados do Partido Social Democrata, é vereador da Câmara Municipal de Alcochete e de tudo o que achar que prejudica o concelho de Alcochete, trará para discussão.

Lembrou que o Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho esteve em funções cumprindo um programa da *Troika*, num governo PSD/CDS, dirigindo um governo de *troika* devido ao desgoverno que tinha ficado que, por acaso, foi um governo do Partido Socialista, de José Sócrates. Considera que não fica bem, estar a invocar contornos de algumas políticas em tempos de *troika*, ao fim de todos estes anos, lembrando que isso aconteceu no ano de 2014 e que estamos no ano de 2021.

Quanto ao assunto dos mariscadores, mencionou que também considera que o problema se prende com a falta de legalidade da atividade. Salientou que estes andam em barcos, aos magotes, percorrem as ruas com ganchorras, (para si, é andar com uma arma na via pública) e saltam as barreiras da Proteção Civil, considerando este ato um crime, para não falar dos crimes da atividade de apanha de amêijoa, como já foi explanado. Salientou que, quando o senhor presidente refere que não é

acompanhado pelos seus pares na AML, é porque eles não têm o mesmo problema. É sabido que o maior problema existe no concelho de Alcochete, mas considera que não se pode baixar os braços ao combate deste problema, pelo que, da sua parte não vai desistir e vai continuar a denunciar estes casos.

O senhor presidente referiu que a dimensão do problema em Alcochete, é uma dimensão transversal aos municípios do Barreiro, Seixal, Almada, Montijo e Moita. Também referiu que ninguém do atual executivo baixou os braços, todavia, só pode fazer o que é da sua competência, ou seja, alertar as entidades competentes e, isso todos os dias o faz, enviando um *e-mail* diretamente para o senhor Ministro da Administração Interna, que é quem tem competências, no que diz respeito à fiscalização, quer do ponto de vista marítimo, quer do ponto de vista terrestre, falando também, todos os dias com o Serviço de Proteção Civil sobre esta matéria que, por sua vez desenvolve as ações necessárias, nomeadamente, junto da G.N.R., para além de outros organismos.

Salientou que não tem qualquer dúvida que se o assunto fosse fácil de resolver, ele já estaria resolvido, salientando ainda que todos os dias trabalha em prol do concelho de Alcochete, pelo que, se existe uma atividade que prejudica aquilo que é a vivência normal da comunidade de Alcochete, é o primeiro a estar na linha da frente no combate a essa situação. Continuará a fazer aquilo que é da competência da autarquia, fazer aquilo que é possível, como, por exemplo, a implementação, em breve, de uma medida que visa impedir o acesso direto à Ponte Cais.

O senhor vereador Jorge Giro referiu que se esta situação fosse de fácil resolução, a mesma não existiria atualmente, já tinha sido resolvido pelo anterior executivo, porque muitas foram as reuniões e tentativas de resolução e se não foi possível resolver quando os mariscadores eram 10 ou 100, muito mais difícil agora quando são 1.000, todavia, acredita que o problema virá a ter solução.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares, pediu a palavra por se ter esquecido de referir na sua anterior explanação, para efetuar um agradecimento às equipas de

voluntários que procederam à recolha do voto antecipado das pessoas que se encontravam em confinamento.

Em relação ao rastreio da mama, acrescentou que as mulheres foram convidadas através de carta, de acordo com a base de dados existente no Centro de Saúde de Alcochete e as que não estão registadas, obviamente que não foram convidadas, contudo, desse universo, quem quiser, poderá dirigir-se à unidade móvel e se corresponder aos critérios definidos, será atendida.

Relativamente à questão dos computadores, referiu que não é um processo fácil adquirir computadores em tão pouco tempo para toda a população escolar, diria mesmo impossível porque é um universo enorme. O processo teve de obedecer a um concurso público e considera que o problema não se deveu à falta de verbas, mas à falta de disponibilidade de equipamento, salientando que foi este Governo que implementou a questão dos manuais escolares gratuitos para todos os alunos.

Quanto ao referido pelo senhor vereador Jorge Giro que o facto dos alunos não estarem atualmente em aulas, iria prejudicar as férias de Carnaval e Páscoa, mencionou que pode existir vários planos, mas quem dita as regras são os números, pelo que, se as escolas não tivessem parado agora, não sabe como seria, porque os números estavam a evoluir de forma brutal. Apelou à tolerância, porque não se pode exigir aquilo que não é exigível. Voltou a salientar que o computador por si só não resolve todos os problemas, porque existem muitas pessoas que não sabem trabalhar com o computador, tem colegas suas (professoras) que só sabem fazer o mínimo e indispensável e não é de um dia para o outro que se sentem à vontade para se colocarem à frente de um computador e dar aulas a 20 crianças.

Também, muitos encarregados de educação não têm condições e disponibilidade para acompanharem os seus filhos e, por exemplo, para as crianças do 1.º Ciclo do Ensino Básico é impossível estes estarem uma hora em frente a um computador sem ter um adulto perto delas. Mas outros dias virão, pelo que, há que ser tolerante com os professores, com o modelo de ensino, com os nossos filhos, com a questão dos computadores. Houve pais que quando souberam que os computadores eram

cedidos por empréstimo, se recusaram a levantar o computador, e existem famílias que apenas têm um computador em casa e têm 3 filhos com ensino à distância, pelo que, é impossível conseguir abranger a população escolar total, considerando que os equipamentos devem ser devolvidos ao agrupamento no final do ano letivo, porque pode haver quem já não precise no ano seguinte porque adquiriram equipamento ou porque já podem ter sido abrangidos pela cedência dos computadores por parte do Ministério da Educação, se os alunos forem do escalão A ou B, no sentido do agrupamento realizar a gestão do equipamento no âmbito de quem mais precisa.

O senhor presidente referiu que se revia na intervenção e explanação da senhora vereadora, porque de facto os computadores não resolvem o problema, existem de facto muitos pais que estão na linha da frente, que trabalham, deixando as crianças com os avós que não percebem nada de computadores, para além de que os meios que atualmente são utilizados pelo ensino à distância não é uma tarefa fácil, portanto resiliência é aquilo que se pede a todos.

Seguidamente, referiu que o início da sua intervenção sobre as Eleições Presidenciais, começou por agradecer a todos os trabalhadores que estiveram envolvidos no processo, porque os voluntários foram funcionários da câmara municipal.

O senhor vereador Jorge Giro, quanto aos computadores, referiu que aquisição dos mesmos deveria ter sido planeado antecipadamente, porque se fossem adquiridos há 4 ou 5 meses, possivelmente já cá estariam.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

O senhor presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de €5.208.943,91 (cinco milhões, duzentos e oito mil, novecentos e quarenta e três euros e noventa e um cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

O senhor presidente da câmara informou que, entre os dias entre os 20/01/2021 e 02/02/2021 autorizou o pagamento da despesa no montante de €893.986,19 (oitocentos e noventa e três mil, novecentos e oitenta e seis euros e dezanove cêntimos) conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 98 ao n.º 265.

A Câmara tomou conhecimento.

3. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:

3.1 Contrato de Concessão de Uso Privativo de parcela dominial sita na av. D. Manuel I, celebrado entre o Município de Alcochete e a Alcache-Bar-Hoteleiros, Ld.ª – Modificação do contrato – Isenção de pagamento da contrapartida financeira da responsabilidade Alcache-Bar-Hoteleiros, Ld.ª, relativa aos meses de janeiro e fevereiro de 2021

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

Em 16 de janeiro de 1996, o Município de Alcochete cedeu à sociedade Alcache-Bar – Hoteleiros, Lda. o uso privativo de parcela de terreno dominial, sito na Av. D. Manuel I, visando a exploração de um estabelecimento comercial (com natureza de “Bar”), edificado (em pré-fabricado de madeira) pela mesma sociedade em tal terreno;

Em 03 de agosto de 1998, na vigência da mencionada relação contratual, o Município de Alcochete celebrou com a mesma sociedade um “contrato de concessão de uso privativo”, cujo objeto integra a cedência do uso privativo da referida parcela de terreno, bem como o direito de exploração do estabelecimento nela instalado;

Na pendência de tal contrato, foi celebrada, em 15 de janeiro de 2016 uma adenda, prorrogando a vigência do contrato até 16 de janeiro de 2026, estabelecendo igualmente uma contrapartida financeira a pagar pelo Alcache-Bar ao Município de Alcochete;

Como é do conhecimento público, derivado da pandemia de COVID-19, foram novamente decretadas fortes medidas restritivas às atividades económicas a nível nacional, designadamente às atividades dos bares, medidas essas que abrangeram o concelho de Alcochete e a respetiva atividade económica, dado o aumento exponencial do número de casos diários.

Em virtude de tais restrições, a Alcache-Bar viu-se privada das suas habituais receitas no âmbito da concessão supra referenciada, encontrando-se atualmente fechado, receitas essas que lhe permitiam fazer face às despesas, nomeadamente para pagamento da contrapartida financeira ao Município de Alcochete, como estipulado no contrato de concessão.

Neste contexto, torna-se necessária uma reavaliação de todo o circunstancialismo contratual que esteve na base do contrato em questão, procurando um (novo) equilíbrio sinalagmático entre as partes, previsto no artigo 312.º, alínea a) do CCP, designadamente através da isenção do pagamento da contrapartida financeira por parte do Alcache-Bar ao Município de Alcochete;

Na verdade, a situação de pandemia do COVID-19 é uma circunstância excecional não expectável por nenhuma das partes e que, como igualmente é do conhecimento público, tem originado diversas medidas legislativas e administrativas, com o objetivo

de mitigar e minimizar os efeitos de tal pandemia na atividade económica, fortemente afetada.

Assim, entende-se que igualmente deverá o município, no âmbito das suas atribuições e competências, contribuir para que os agentes económicos que desenvolvem a sua atividade em Alcochete possam ter as condições para o exercício da mesma, atentos os especiais circunstancialismos e limitações decorrentes desta terrível pandemia.

Nestes termos, face aos fundamentos de facto e de Direito supra expostos, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente submeter à aprovação da Assembleia Municipal:

1. A autorização para modificar o “Contrato de Concessão de uso privativo”, da parcela dominial sita na Av. D. Manuel I, celebrado em 03 de agosto de 1998 e correspondente Adenda de 15 de janeiro de 2016, entre o Município de Alcochete e a Alcache-Bar – Hoteleiros, Lda., com contrato de concessão acima referenciado, isentando a Alcache-Bar do pagamento da contrapartida financeira relativa aos meses de janeiro e fevereiro de 2021, no valor mensal de €1.264,42 (mil, duzentos e sessenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos);
2. Seja formalizada a respetiva modificação do contrato, na sequência da autorização decorrente do número anterior, mediante celebração de nova adenda escrita, a qual se junta e se dá por integralmente reproduzida (adenda n.º 3).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Adenda, como **Doc. 1**.

3.2 Atribuição de Ação Social Escolar

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foi apresentada a seguinte proposta:

«No âmbito do estabelecido pela alínea hh), do n.º 1, do artigo 33.º e pelo ponto 1, do artigo 34.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atual, é competência da Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.

De acordo com o estabelecido pela legislação em vigor e após a análise de todos os requerimentos e respetiva fundamentação documental, propõe-se a atribuição de Ação Social Escolar no escalão A a 3 alunos do 1.º ciclo do ensino básico e no escalão B a 1 aluno do ensino pré-escolar a 8 alunos do 1.º ciclo do ensino básico.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere favoravelmente a atribuição de Ação Social Escolar aos alunos identificados, de acordo com a verificação de todos os processos de facto.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4. Apoios financeiros

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta de apoio financeiro:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete

«O atual executivo municipal definiu como um dos pilares fundamentais da sua estratégia a melhoria significativa do sistema local de proteção civil, designadamente no que aos seus bombeiros voluntários diz respeito, quanto ao seu reforço de meios, parque de viaturas, equipamentos de proteção individual, e criação de condições

para o aumento de recursos humanos efetivos, de forma a assegurar o pronto-socorro à população do concelho de Alcochete.

Esta melhoria tem vindo a ser preconizada ao longo deste mandato.

O reconhecido papel que os bombeiros voluntários assumem na nossa sociedade deu origem a que a sua função se tornasse cada vez mais especializada e profissionalizada. Os avanços técnicos e tecnológicos que se foram sentindo ao longo destes anos e a evolução do próprio conhecimento dos riscos na atuação ao socorro e salvamento, tornou a atuação destes voluntários cada vez mais exigente, eficaz e bem-sucedida, embora a mesma seja objeto de grande reconhecimento por parte da sociedade em geral e da população do concelho de Alcochete em particular.

Este grau de exigência veio acentuar-se com o surgimento da pandemia de COVID-19, em que os “soldados da paz” são novamente chamados a dar resposta, designadamente no reforço das operações de apoio na área da saúde pública.

A Câmara Municipal de Alcochete não fica, uma vez mais, indiferente ao merecido reconhecimento a esta Associação Humanitária, ao papel fundamental que assume no socorro e salvamento, na mitigação das adversidades decorrentes da atual conjuntura pandémica, a qual assume caráter de manifesta excecionalidade e de preocupação de todos os intervenientes.

Do mesmo modo, este executivo municipal não pode ficar indiferente à necessidade de reforçar o efetivo de recursos humanos, de meios, de proteção individual dos bombeiros, quer no âmbito do combate aos efeitos desta pandemia de COVID19, quer nos domínios de socorro e salvamento, de forma a assegurar uma maior operacionalidade na resposta ao apoio à população do nosso concelho.

O Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, confere aos municípios atribuições e competências no domínio da proteção civil (artigo 23.º, al. j), permitindo às câmaras municipais deliberar sobre formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes

(artigo 33.º, n.º 1, al. o), bem como deliberar sobre formas de apoio a atividades nos mais diversos domínios, nomeadamente de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças (artigo 33.º, n.º 1, al. u).

Nestes termos, atentos os considerandos supra expostos e a motivação jurídica patente, proponho que o executivo municipal delibere favoravelmente a atribuição de um apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete no valor de € 100.000,00 (cem mil euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Estêvão Boieiro, ao abrigo da alínea a), do n.º 1 do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foram apresentadas as seguintes propostas de apoio financeiro:

➤ Associação GILTeatro

«A fundação da Associação juvenil GILTeatro em 1997 derivou da existência do Clube de Teatro com o mesmo nome na Escola E. B. 2, 3 El-Rei D. Manuel I criado em 1994, no âmbito da atividade docente do professor de história e teatro, Carlos Soares.

A formação dos jovens através de uma sadia ocupação dos tempos livres continua a ser uma das grandes apostas da Associação GILTeatro que tem um núcleo forte constituído por 25 jovens que participam em todas as atividades da Associação.

Com sede na Casa do Povo de Alcochete, esta associação permite aos jovens acederem ao teatro, malabarismo, papagaios estáticos e acrobáticos, danças medievais, ilusionismo e música.

Com uma produção teatral permanente destaca-se o 1.º prémio alcançado em 2011, no âmbito do projeto PANOS – Palcos Novos, Palavras Novas da *Culturgest*. A associação também dinamiza um Grupo de Teatro Amador com adultos e tem presença assídua nas feiras medievais de Castro Marim e Caminha, para além da participação nas feiras medievais de Santa Maria da Feira e de Óbidos.

De acordo com a alínea c, do ponto 2, do artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio para aquisição de bens e equipamentos inerentes ao desenvolvimento dos projetos e atividade cultural, neste sentido pretende a Associação GILTeatro adquirir um papagaio estático de grandes dimensões com a nova identidade corporativa do município.

Depois de verificado o valor (conforme documento em anexo) de €1.520,00 (mil quinhentos e vinte euros), para a aquisição deste equipamento, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de 100% do valor do equipamento.

Reconhecendo o superior interesse municipal da aquisição deste equipamento e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.520,00 (mil quinhentos e vinte euros), à Associação GILTeatro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

➤ Agrupamento de Escolas de Alcochete, no âmbito do Quadro de Excelência

«A educação assume um papel social, influenciando decisivamente o projeto de homem e de sociedade que se pretende ver emergir.

A educação é, também, por excelência, fator e instrumento primordial de desenvolvimento económico e social de um país. A sociedade, por seu turno, impõe à Educação a tarefa de se adaptar às constantes mudanças e exigências do conhecimento, acompanhando os progressos científicos e tecnológicos.

Neste sentido, é imprescindível que a escola, para além da promoção do desenvolvimento académico, assegurando o processo de ensino e de aprendizagem de conteúdos curriculares, assuma de igual modo, um papel preponderante na formação integral do cidadão, construindo em conjunto não apenas conhecimentos, competências e habilidades, mas também valores.

Os prémios do Quadro de Excelência visam contemplar e reconhecer a excecionalidade nas dimensões ética, humanitária, de cidadania, solidariedade, responsabilidade, reveladas e evidenciadas em atividades e atitudes no seio da comunidade escolar e fora dela.

Pretende-se, de igual modo, proporcionar bons exemplos que se constituam como referências aos demais alunos, incentivar a continuidade nos estudos nomeadamente no acesso ao ensino superior, bem como, homenagear todos os agentes educativos envolvidos, sendo o bom desempenho dos alunos o reflexo do investimento efetuado e a melhor compensação que se pode obter.

Investir nas nossas crianças e jovens terá um retorno garantido através de uma sociedade mais democrática, mais equitativa, com indivíduos autónomos, capazes e felizes.

A Câmara Municipal de Alcochete, pretende, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Alcochete, premiar o mérito dos alunos do seu concelho, contribuindo para a atribuição de prémios, aos três melhores alunos do AEA, com um apoio financeiro, no valor global de €450,00 (quatrocentos e cinquenta euros), destinados à aquisição de produtos culturais, eletrónicos e de lazer, no valor de €150,00 (cento e cinquenta euros) / aluno, materializados em cartões oferta.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Informações

➤ Pela senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foram apresentadas as seguintes informações:

- **Fornecimento de refeições *take away* e cabazes de Natal aos alunos beneficiários de escalão A e B de Ação Social Escolar – Interrupção letiva do Natal**

«Com o intuito de garantir um reforço alimentar a todos os alunos pertencentes a famílias economicamente mais carenciadas, do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico público do concelho de Alcochete, a Câmara Municipal de Alcochete disponibilizou, nos dias 21, 22 e 23 de dezembro, o fornecimento da refeição escolar aos(as) alunos(as) beneficiários de Ação Social Escolar (escalão A e B), em regime de *take away*, cujos encarregados de educação responderam positivamente a esta iniciativa.

Beneficiaram desta iniciativa 39 alunos:

Escalão A – 23 alunos

Escalão B – 16 alunos

No dia 23 de dezembro, foram ainda entregues 53 cabazes de Natal aos alunos(as) que beneficiaram das refeições *take away* e aos alunos(as), com escalão ASE, que estiveram a frequentar os serviços das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e da Componente de Apoio à Família (CAF).

O cabaz de Natal foi composto por bacalhau, lombo de porco, frango, atum, leite, azeite, óleo, arroz, massas, puré de batata e açúcar branco.

Esta iniciativa mereceu a apreciação e o agradecimento dos encarregados de educação, particularmente com a surpresa inesperada do cabaz de Natal.»

A Câmara tomou conhecimento.

– **Resultado da Campanha de recolha de bens alimentares não perecíveis
“EU AJUDO”**

«A Câmara Municipal de Alcochete, entre o dia 11 de dezembro e 18 de janeiro 2021, promoveu uma campanha de recolha de bens alimentares não perecíveis denominada “EU AJUDO”, que contou com a participação ativa dos parceiros da Rede Social, Associações de Pais, Movimento Associativo, Colégios Privados e cidadãos particulares.

Esta campanha destinou-se aos parceiros locais que prestam apoio alimentar no nosso concelho a cerca de 582 pessoas. Atualmente estas entidades enfrentam dificuldades acrescidas na angariação de bens alimentares devido ao decréscimo de produtos provenientes do Banco Alimentar.

Foram colocadas caixas para recolha de alimentos na:

- Câmara Municipal de Alcochete - Galeria Municipal;
- Junta de Freguesia de Alcochete;
- ABRIGO - Associação Portuguesa de Apoio à Criança – Montijo;
- Colégio Penas Real;
- Colégio Refúgio dos Fidalguinhos;
- Cire – OTL *Camp in Reggio Emilia*;
- Atelier das Palmeiras
- Grupo Motard de Alcochete;
- Vulcanense Futebol Clube;
- Forcados do Aposento do Barrete Verde;
- Farmácia Cavaquinha;

- APEE – Valbom;

Com a participação de todos foram recolhidos 2.700 kg.

Foi ainda promovida pelo Colégio Penas Real uma campanha de angariação de Brinquedos, tendo-se obtido 136 brinquedos, que foram entregues à CPCJ de Alcochete e a crianças do Pré-escolar e Ensino Básico do Primeiro Ciclo do Passil.»

A Câmara tomou conhecimento.

- Pelo senhor Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte informação:

- **Livros prontos a ler! - Serviço de *take-away* e de entrega ao domicílio**

«As medidas de confinamento, que se encontram em vigor desde 15 de janeiro, obrigaram ao encerramento de vários serviços e espaços municipais.

Entre os espaços encerrados ao público encontra-se a Biblioteca de Alcochete. Contudo, o encerramento do espaço físico não significa que tenham sido fechadas as portas de acesso à cultura, à leitura e aos estímulos criativos e intelectuais.

No cumprimento rigoroso de todas as medidas de segurança, a Biblioteca de Alcochete implementou o serviço de *take-away* e de entrega ao domicílio de livros, *dvd's* e outros documentos.

Este serviço está disponível para todos os nossos munícipes, mediante marcação prévia através do telefone 212 349 720 ou do *email* biblioteca@cm-alcochete.pt. A pesquisa dos livros ou outros documentos deve ser realizada através do catálogo *online* em www.rbal.com.pt. Posteriormente, o munícipe pode levantar a sua reserva à entrada da Biblioteca ou solicitar a entrega em casa, no dia e hora a combinar.

Sob o lema “Livros prontos a ler”, procura-se assim facilitar o acesso à leitura, aproximar a Biblioteca dos seus utilizadores, na consciência que os livros podem ser uma excelente companhia para minorar o isolamento social durante o tempo de confinamento.»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não foram registadas intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:55 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.